



As mulheres enquanto fontes privilegiadas: A subversão da lógica das fontes no jornalismo feminista

Jessica Gustafson¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Ao propor refletir sobre as possibilidades de unir o ativismo feminista à prática jornalística durante a minha pesquisa de Mestrado, defendida em junho de 2018, acompanhei o trabalho realizado por um portal de notícias feministas do Sul do País. Entre as percepções que resultaram do estudo está a de que a identidade das interlocutoras enquanto jornalistas e feministas não se constrói sem conflitos, sendo perpassada por negociações constantes. Ao mesmo tempo, ficou nítido que elas juntas podem se potencializar quando na busca por objetivos transformadores, como é o caso das relações de gênero. Neste artigo apresento uma parte dos resultados da pesquisa, especificamente o que se refere a subversão da lógica das fontes jornalísticas, em que no caso estudado as mulheres são as vozes privilegiadas na construção das matérias.

Palavras-chave: jornalismo; feminismo; fontes jornalísticas; prática jornalística; Estudos de Gênero

1. Introdução

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR/UFSC). Mestra em Jornalismo pelo PPGJOR. E-mail: je.g.costa@gmail.com.

O jornalismo feminista, que apresenta sua emergência no Brasil no século XIX (DUARTE, 2016), tem ganhado novos contornos nos últimos anos, com a criação de portais na Internet que se propõem a construir uma prática jornalística que se posicione abertamente contra a desigualdade de gênero. O jornalismo produzido por feministas torna-se, então, um estratégia de ação política (WOITOWICZ; PEDRO, 2010). Já as pesquisas dentro das universidades não apenas têm estudado as assimetrias entre o que historicamente se convencionou como feminino e masculino, como também têm demonstrado a potência da perspectiva feminista das pesquisadoras na construção do conhecimento.

Assim, os paradigmas interpretativos aos quais os pesquisadores se filiam são variáveis importantes para entender a forma como eles observam o mundo. Neste sentido, como destaca Virgínia Olsen (2006), a crescente complexidade nas iniciativas faz parte do movimento atual deste tipo de pesquisa, que teve sua emergência desde as décadas de 1960, realizando um deslocamento das críticas às disciplinas acadêmicas e instituições e caminhando em direção ao debate de questões epistemológicas críticas.

Em pesquisa intitulada *A mulher na pesquisa em jornalismo: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015)*, Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida (2018) demonstra um crescimento expressivo da temática na década de 2000, quando foram publicadas 280 pesquisas na Comunicação, entre elas 96 no Jornalismo, sobre a temática da mulher e/ou dos estudos de gênero. Entre 2010 a 2015 foram 323 na Comunicação, destas 105 tematizando o jornalismo. Como comparativo, ela afirma que de “1972 a 1979 apenas quatro pesquisas da Comunicação tratavam do tema. Na década de 1980, esse número subiu para 28 pesquisas e na de 1990 para 101” (ALMEIDA, 2018, p. 134).

A forma de articulação teórico-metodológica entre o jornalismo e os estudos feministas também é abordada por Almeida (2018):

Das 10 pesquisas selecionadas como aquelas com maior potencial para encontrar relações teórico-metodológicas entre jornalismo e estudos feministas, apenas quatro estabelecem articulações. Uma destas pesquisas (VELOSO, 2013) é recortada metodologicamente pela visão feminista da economia política da comunicação. As outras três (VEIGA, 2010; 2015; FERNANDES, 2015), além do recorte metodológico feminista, iniciam reflexão teórica sobre o jornalismo a partir de teorias feministas e preocupadas com minorias. Essas pesquisas ainda podem ser identificadas por dois grupos: i. as que percebem o jornalismo como reprodutor do

discurso dominante (VELOSO, 2013; VEIGA, 2010;2015); e ii. a que consegue perceber no jornalismo potencialidade de autonomia do discurso dominante (FERNANDES, 2015) (ALMEIDA, 2018, p. 135).

A expressividade das pesquisas e a diversidade escolhas teórico-metodológicas fica evidente nos dados trazidos pela pesquisadora, indicando que os estudos sobre jornalismo e feminismo têm ganhado complexidade e merecem ser profundamente discutidos e refletidos pelo campo. A emergência recente de portais independentes² que articulam jornalismo e gênero ampliam as possibilidades dos estudos sobre a temática, sendo eles integrantes de um novo momento político de contestação dos valores e hierarquias sociais, fazendo parte da chamada “Primavera das Mulheres”, iniciada em 2015, a partir de uma série de manifestações nas redes sociais e de protestos nas ruas de todo o País.

Os pesquisadores Myrian del Vecchio-Lima e Humberto da Cunha Alves de Souza (2017) trazem uma abordagem interessante em artigo sobre o tema, partindo da premissa de que o avanço que integrou a mulher à esfera socioeconômica, promovendo a feminização do trabalho em algumas áreas, estando entre elas o campo do jornalismo, não modificou as lógicas de desigualdade, hierarquização profissional e permanência de estereótipos e preconceitos ligados ao gênero.

Um bom exemplo, é revelado pela pesquisa A mulher no noticiário brasileiro durante a Copa do Mundo 2014 (Vieira e Duarte, 2014): a análise de 500 notícias de meios de comunicação de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, no dia 23 de junho de 2014, revelou que apenas 23% das pessoas vistas, ouvidas ou a respeito de quem se lê nas notícias do período eram mulheres, em comparação a 77% de homens ocupando o noticiário neste dia (VECCHIO-LIMA, SOUZA, 2017, p. 137).

Ao analisarem os conteúdos publicados por cinco experiências que fazem parte do mapa da Agência Pública (AzMina; Cientista que virou Mãe; Nós, Mulheres da Periferia; Think Olga; e Capitolina), os autores consideram que as iniciativas podem ser pontos de observação para integrar práticas positivas no jornalismo hegemônico, pois se propõe a superar estereótipos, induzindo à visibilização e ao empoderamento

² Em mapeamento na Internet feito em agosto de 2017, foram encontrados 9 portais que apresentam como proposta a articulação entre jornalismo, gênero e feminismo no País. Para selecionar as iniciativas, foi utilizado como referência o trabalho realizado pela Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo - Agência Pública (<http://apublica.org/>), em 2016, que construiu um levantamento intitulado Mapa do Jornalismo Independente, contemplando oito iniciativas. Uma foi adicionada ao mapeamento por considerar que mesmo não tendo como foco a produção de conteúdo jornalístico, embora a faça também, apresenta importantes discussões que articulam o jornalismo e o feminismo.

social das mulheres. Assim como a pesquisa que realizei, eles apostam que uma visão crítica da comunicação - e jornalismo é uma prática comunicativa - que leve em consideração o seu caráter emancipador, pode ser um dos elementos para a superação das assimetrias de gênero.

Entre as considerações da análise de Vecchio-Lima e Souza (2017), é destacada a contraposição aos veículos hegemônicos, privilegiando as mulheres tanto como autoras quando entre as fontes, ilustrações e imagens, estando presentes ainda nas escolhas dos temas e enfoques dos conteúdos. A elaboração de novas soluções jornalísticas, éticas e práticas, para a construção de discursos que se oponham aos que circulam na mídia hegemônica talvez seja o grande desafio enfrentado pelos portais que articulam jornalismo e gênero. Existindo, assim, o risco constante de reprodução das cristalizadas formas de significar as relações sociais.

Nos resultados que fazem parte da análise da minha pesquisa de Mestrado foi possível constatar a necessidade de construção cotidiana de novos referenciais que alicerces as práticas jornalísticas para a superação das abordagens hegemônicas. Embora permeadas por dilemas complexos, as reflexões éticas podem levar a uma compreensão maior sobre o potencial do feminismo para a efetivação do jornalismo enquanto uma prática de transformação social. Assim, tratarei mais especificamente neste artigo sobre um dos pontos de transgressão observados - a subversão da lógica das fontes jornalísticas, em que as mulheres se tornam as vozes privilegiadas na construção das matérias.

2. Sobre as práticas jornalísticas feministas

Empenhada em estudar sobre a construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo, acompanhei o trabalho realizado por cinco jornalistas (Glória, Raquel, Patrícia, Ângela e Vivian) que compõem o núcleo do *Portal de Notícias Feministas*³, criado em 2016, na região Sul do Brasil, a partir de uma campanha de financiamento

³ O nome real do Portal e das jornalistas não foi utilizado na pesquisa devido à opção pelo anonimato. Esta decisão difícil foi motivada a partir da aproximação com as cinco jornalistas que compõem o núcleo do Portal, que me fizeram ter contato com questões complexas, como informações repassadas em OFF pelas fontes, pressões sofridas durante o trabalho jornalístico, disputas de poder inerentes a qualquer trabalho jornalístico. Entendi que ao identificá-las poderia acabar expondo-as junto a grupos muito próximos, embora tenha ciência de que a não identificação não garante totalmente o anonimato.

coletivo. O *Portal* identifica-se como feminista e pretende dialogar com as diversas linhas teóricas e políticas do feminismo, “mediando suas perspectivas diante da realidade” (PORTAL DE NOTÍCIAS FEMINISTAS, 2017, S/N). Dentro da compreensão ética do exercício profissional do jornalismo, define-se como uma “unidade ativista do jornalismo enquanto direito e do feminismo enquanto estratégia de ação para a superação desta sociedade que ainda reserva lugares para as mulheres” (PORTAL DE NOTÍCIAS FEMINISTAS, 2017, S/N).

Os objetivos da pesquisa previam a reflexão sobre o viés feminista presente no trabalho das jornalistas e a tentativa de compreender as implicações do feminismo na prática jornalística, alicerçadas especialmente no fundamento da objetividade jornalística, por meio da observação da rotina de produção das notícias e das opiniões das jornalistas. A metodologia escolhida para analisar as práticas foi a pesquisa qualitativa, com a realização de um estudo de caso, método que privilegia as particularidades dos fenômenos em seus contextos complexos (YIN, 2005). Entre as especificidades do *Portal*, está a proposta de trabalhar com a construção da notícia, produto central do jornalismo.

O estudo de caso também costuma utilizar mais de uma evidência para atender aos objetivos propostos. Assim, optei pelas técnicas de observação participante e de entrevista em profundidade. Ao propor observar de que forma a objetividade jornalística é acionada e/ou questionada durante a rotina de produção das notícias e nas discussões sobre o direcionamento da pauta considere que a observação participante seria a técnica mais adequada para isso. Tendo sua origem na Antropologia, tem sido utilizada no campo da Comunicação, principalmente em estudos que se propõe a “observar os processos comunicativos interpessoais, grupais ou comunitários, envolvendo os meios massivos ou outros processos de comunicação, como os grupais, meios alternativos de comunicação” (PERUZZO, 2005, p. 136).

Por não trabalharem em uma redação fixa, as demandas da plataforma são tratadas principalmente pela internet. Assim, a observação participante foi realizada em encontros pontuais em pautas, conversas agendadas e trocas de mensagem por *Whatsapp* com informações sobre o andamento da construção de notícias. Embora mais restrita do que o previsto, diversas questões foram levantadas sobre as suas práticas e

motivações nesta etapa, sendo aprofundadas durante a realização das entrevistas em profundidade. Segundo Duarte (2005), as perguntas elaboradas para a aplicação da entrevista em profundidade “permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectiva” (DUARTE, 2005, p. 63). Assim, acredito que foi possível a partir da articulação das duas técnicas atender aos objetivos propostos no trabalho e realizar uma articulação com o referencial teórico abordado.

3. Visibilidade e estratégia – as mulheres que não costumam falar na grande mídia

A proposta de trazer as vozes que não figuram comumente como fontes na mídia tradicional é uma das grandes propostas do jornalismo independente, no intuito de romper com os enquadramentos hegemônicos trazido pela voz dos poderosos, entendidos como definidores primários, por Stuart Hall et. al. (1999), das abordagens trazidas nas matérias jornalísticas. Contudo, se faz necessário ressaltar que mesmo dentro do jornalismo alternativo, muitas vezes, as mulheres seguem sem ser as fontes privilegiadas, perpetuando as assimetrias encontradas na mídia tradicional, como destaca Vinhote et.al.(2017).

No *Portal de Notícias Feministas* as mulheres são as fontes privilegiadas. Ângela conta que, desde a sua entrada no portal, ela foi recomendada pelas outras jornalistas a procurar especialistas mulheres, “*que entendem sobre o tema e que muitas vezes não é dado o espaço*” (ÂNGELA, 2018, S/N). A partir dessa característica, tentei compreender quais mulheres são contempladas em suas matérias, se existe uma atenção à diversidade. A proposta de chegar às vozes não ouvidas não é fácil de ser concretizada, pois implica em sair da zona conhecida e buscar mulheres que não integram diretamente o movimento social com o qual têm proximidade.

Glória diz que existe uma busca por esse olhar mais amplo, muito pautado também pelo movimento social, e que é preciso chegar até outras mulheres, tanto no ativismo quanto no jornalismo. A proposta “*te obriga a sair totalmente do teu conforto e o jornalismo hoje ele tá muito aqui no ar-condicionado, nessa situação né*”

(GLÓRIA, 2018, S/N). A jornalista traz como exemplo para esta situação uma pauta que trabalhou sobre a amamentação, a partir do questionamento sobre a dimensão que ela tem na vida das mulheres. “*Essa é uma pauta que te coloca em várias encruzilhadas*” (GLÓRIA, 2018, S/N). Os dilemas relatados por ela se referem ao contato que teve com mulheres que defendem a amamentação ininterrupta até os dois anos de idade do filho, ficando afastadas do trabalho por esse período, um grande privilégio que a maior parte das mulheres não pode usufruir:

E elas não vão trabalhar porque elas não precisam. E tem books maravilhosos de fotos, que se eu não tive como fotografar, elas vão mandar fotos lindíssimas. São mulheres brancas, são funcionárias públicas que conseguiram trabalhar isso, são pessoas que estão bem estruturadas em suas vidas pessoais que podem fazer a escolha de ficar dois anos amamentando (GLÓRIA, em entrevista, 22/02/2018).

O movimento em prol da amamentação, que foi o ponto de partida para a construção da matéria, não contemplava as especificidades e necessidades de muitas mulheres. Assim, a jornalista percebeu as dificuldades de chegar até o enfoque que gostaria, optando por fazer uma série de quatro matérias e explorar ao máximo a questão em distintos contextos. Ela relata que somente no último texto foi que conseguiu chegar mais perto do enfoque que esperava, ao trazer a situação de mulheres que não têm com quem deixar os filhos, pois não encontram uma creche perto do trabalho, ou não conseguem amamentar os filhos duas vezes por dia até os seis meses, como previsto em lei.

A matéria que Glória se refere inicia com uma referência à possibilidade de ampliação de 120 para 180 dias na licença-maternidade prevista na legislação brasileira, para que os seis meses de aleitamento seja cumprido, e tem como primeira fonte uma advogada que traz uma abordagem jurídica sobre o tema. As outras duas fontes são mulheres que relatam suas experiências após o retorno ao trabalho, uma positiva de acolhimento no serviço, e outra negativa, que chegou a ocasionar um pedido de demissão por não ter um local apropriado para a amamentação e pela falta de sensibilidade por parte dos empregadores. A jornalista destaca a importância de trazer esse enfoque:

A mulher que é doméstica e que a patroa não deixa ela levar o filho pro trabalho ou então que ela leve esse filho pro trabalho e lá ela amamenta nessas condições e isso é um favor que fazem para ela. Então, o chegar

aonde tem que chegar é uma coisa que faz a gente sair do nosso conforto, inclusive do nosso conforto do jornalismo como ele anda acontecendo, sair das fontes oficiais, ouvir quem tem que ouvir, e ouvir de fato, não ouvir para fazer constar na matéria (GLÓRIA, em entrevista, 22/02/2018).

A consideração de que a maternidade impacta de diferentes formas na vida das mulheres é contemplada nesse movimento descrito por Glória, que ressalta a importância também de romper com uma visão utilitarista das fontes, muito construída no que ela chama de “cânones jornalísticos”. Um olhar mais humano na formação dos profissionais teria reflexo nas práticas jornalísticas, permitindo que os jornalistas se modificassem também no contato com as fontes. *“Um olhar que você não vai adquirir ligando para a prefeitura para saber, ah prefeitura, quantas vagas tem na creche?. Ok, essa é uma informação, é importante, mas a gente precisa ir além disso”* (GLÓRIA, 2018, S/N). Por outro lado, essas tentativas algumas vezes não se concretizam pela falta de estrutura, de pessoas liberadas para se dedicarem às pautas, sendo uma proposta considerada por Glória como desafiadora.

Ao mesmo tempo que existe uma motivação para trazer uma perspectiva mais diversa sobre as mulheres, foi possível observar outros delineamentos interessantes sobre as fontes, que é a relação com mulheres que não dialogam com a perspectiva feminista. Durante a reunião de pauta aberta, primeiro contato que tive com elas, surgiu o assunto sobre a única vereadora eleita depois de oito anos na Câmara de Vereadores da cidade e o fato de que ela não trabalha com uma bandeira feminista, mas sim, pelo direito dos animais, e se isso renderia uma pauta. Em entrevista com Ângela, ela abordou novamente o tema e disse que a situação da vereadora a incomodou muito e que ela achava que era preciso fazer uma matéria sobre as suas bandeiras políticas. *“A minha primeira coisa foi ser impulsiva e falar dessa mulher”* (ÂNGELA, 2018, S/N).

Em conversa com as outras jornalistas, entendeu que mesmo falando sobre animais, a vereadora é uma mulher que ocupa um cargo político importante, que historicamente é ocupado por homens. A sua presença ali é representativa, mesmo que não atenda aos ideais esperados pelo feminismo. Ângela ressalta que a lógica apresentada pelas jornalistas foi a de que não se costuma criticar um homem que é trabalhador, mas não defende a pauta dos trabalhadores.

Porque a gente precisa desqualificar a única vereadora mulher que a gente tem? Não que ela pegue as nossas pautas, mas eu acho que elas construíram isso para mim e eu dou razão de que se a gente ficar desqualificando as mulheres, mesmo as que não dialogam com a nossa mesma pauta, a gente tá contra o que viemos defender, sabe. (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

O diálogo entre as profissionais demonstra a construção coletiva das definições jornalísticas a partir de um olhar feminista, entendendo que mesmo que não dialoguem com as perspectivas trabalhadas no portal e, conseqüentemente não sendo vozes privilegiadas nas matérias, essas mulheres não serão a priori alvos de críticas por não se posicionarem em relação às lutas contra a desigualdade de gênero. Essa reflexão está permeada pelas discussões travadas no âmbito do ativismo de que as mulheres já são suficientemente culpadas pela sociedade sobre suas ações e os homens, quando em situações semelhantes, eximidos de qualquer responsabilidade. “*Mesmo as conservadoras, as anti-feministas, a gente tem cuidado na forma de expor elas. Não vamos desqualificar porque a gente está juntas, mesmo elas não sabendo*” (ÂNGELA, 2018, S/N).

A discussão apresentada sobre a vereadora e suas pautas também se relaciona a outro fator cuja a abordagem considere importante. Trata-se do espaço para o contraditório ou “ouvir os dois lados”, prática que também está relacionada com uma busca pela objetividade jornalística, como destaca Gaye Tuchman (1999). A partir do referencial no qual me apoio, entendo que muitas vezes o espaço ao contraditório é oferecido sem grandes reflexões por parte dos jornalistas, sendo um elemento que supostamente garante a imparcialidade da abordagem e o não favorecimento de apenas um lado, como se as situações cotidianas apresentassem apenas dois lados e a forma como eles foram trabalhados não estivesse atravessada por um direcionamento do profissional, como ocorre em todas as escolhas jornalísticas.

A prática, classificada por Tuchman (1999) como um ritual estratégico - procedimento de rotina que tem pouca relevância no fim procurado que em última instância é à objetividade jornalística -, foi abordada com as interlocutoras da pesquisa e apareceu frequentemente nas conversas que tive com elas. Primeiramente, percebi um entendimento sobre o espaço ao contraditório como premissa básica para a prática do jornalismo, em oposição ao discurso panfletário característico do movimento social. A

questão surgiu, pela primeira vez, durante a observação participante com Ângela quando me falava sobre a necessidade de trazer o contraditório para a pauta em andamento, destacando a diferença do trabalho feito por ela no portal com o desempenhado no jornalismo sindical, como descrevi no diário de campo:

A questão de colocar no texto o contraditório é abordado novamente por Ângela. Ela relata que trabalhou em sindicato e que observa as diferenças de abordagem do trabalho que realiza no portal. Faz uma fala interessante: *‘Na faculdade nos dizem para ser imparcial. No sindicato só damos um lado, dizendo que em uma reunião com 10 pessoas tem 50. No portal pensamos no outro lado, na melhor maneira de tratar sobre a situação. Acho que isso é o jornalismo’*. Entendo com essa fala que ela está criticando a abordagem da faculdade, refutando a ideia de ser imparcial, mas também a forma de atuação do sindicato, que é própria do trabalho de assessoria de imprensa. Ponderar sobre o contraditório, refletindo sobre as consequências desse outro lado, é entendido como a forma de se fazer jornalismo. *Assim, demarca que o portal faz jornalismo* (DC, 21/11/2017)

Posteriormente, durante a entrevista, a jornalista me fala sobre o fato delas terem um posicionamento, que não é escondido no conteúdo, não impedindo a escuta deste outro lado, chamado por ela de “diferente”. A motivação é mostrar as divisões existentes sobre o tema tratado. Entendo que abordar os antagonismos e disputas de sentido existentes na sociedade faz com que a pretensa estabilidade social construída muitas vezes pela imprensa seja abalada. Por outro lado, questiono se não existe a busca por esse contraditório apenas para atender ao que se convencionou como um dever do jornalismo e se a existência do portal já não figura como o contraditório nas disputas de sentidos sobre as temáticas abordadas por elas.

Nas próximas falas, vou compreendendo outras motivações das jornalistas e percebendo o entendimento de que o viés defendido por elas continua presente ao abordar as vozes divergentes. *“Até as perguntas que a gente elabora para esse outro lado vem cheio do nosso contexto, do que a gente pensa, do que a gente acredita. E isso a gente não esconde em nenhum momento, eu acho”* (ÂNGELA, 2018, S/N).

A jornalista Ângela considera que sempre que for possível é preciso escutar o outro lado, pois essa abertura ao contraditório também está relacionada à credibilidade que elas têm com seu público, mesmo admitindo que a perspectiva delas sempre está presente na construção e edição da matéria. *“E essas coisas eu admiro. Que agente exerce o verdadeiro jornalismo. Tipo esse vereador aí do Nascituro, tá qual é a tua,*

“você, macho, quer o dia do Nascimento. Eu acho que é aí que a gente ganha credibilidade também” (ÂNGELA, 2018, S/N).

Para Raquel, percebo que a prática está perpassada por uma questão ética muito bem delineada e recomendada às outras jornalistas. O contraditório defendido pela profissional não se refere a busca por opiniões divergentes sobre os temas e que poderia, por exemplo, significar a busca por setores conservadores para tratar de pautas feministas. Percebo que a intenção está relacionada com garantir o direito de que as pessoas implicadas diretamente na matéria tenham espaço para suas versões principalmente nas notícias com maior teor de denúncia. A possibilidade do aprendizado social a partir do debate público sobre temas controversos perpassa a motivação, não figurando apenas como um recurso formal. É o que explica Raquel sobre a matéria do deputado que foi misógino na Assembleia Legislativa ao se negar a discutir com outra deputada, afirmando que preferia debater com o marido dela. Os motivos para ele ser procurado são explicados:

Olha só, nós estamos aqui dizendo que o que você fez foi misoginia, então nós estamos acusando o cara de alguma coisa, de um ato que é terrível. Nós estamos dizendo que você é misógino, você mandou a mulher fazer isso, a mulher disse isso, a afetada nos disse isso, as outras mulheres que atuam nessa causa dizem isso, o que tu tem a dizer de tudo isso que disseram de ti? Esse espaço tem que ter. Se não daí é só uma plataforma realmente de um movimento. Não é isso também, que a gente está se propondo. Então, o que o cara tem a dizer (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).

Procurar o deputado também significa para Raquel dar a oportunidade para que ele possa talvez rever as falas, consideradas uma expressão de misoginia. *“Eu podia ouvir e ele me dizer assim: eu realmente fui um equivocado e quero pedir desculpas para as mulheres” (RAQUEL, 2018, S/N).* Nesta situação, a assessoria do deputado só informou que ele se manifestaria sobre o caso na próxima sessão plenária. Como no caso tratado acima, em que o deputado não concedeu entrevista ao portal, a perspectiva das jornalistas, ao mesmo tempo que as aproxima de certos grupos, dificulta o contato com fontes mais institucionais. A jornalista Ângela relata que em algumas pautas existe a busca por fontes oficiais implicadas na notícia, mas algumas delas optam por não falar com as profissionais do portal devido à visão que têm do trabalho delas, como aconteceu com a Polícia Militar em uma pauta sobre agressão às jornalistas mulheres.

A gente fez contato com a polícia, pedindo informação e no outro dia a gente cobrou e eles não deram mais retorno. Porque também tem isso, de onde você está falando, para quem você vai falar. Teve uma vez que a Raquel fez uma matéria com aquele vereador do Dia do Nascituro (...) e a Raquel ligou para ele para pegar a fala dele e ele já tinha pesquisado quem era o portal e disse que não ia falar porque a gente era abortista, coisarada e coisarada (ÂNGELA, em entrevista 05/02/2018).

Já nos casos em que as pessoas implicadas na matéria consentem com a entrevista, percebo que a prática de escutar o outro lado não está tão relacionada com um ritual estratégico ligado à objetividade, mas a uma estratégia consciente para apontar as incoerências dos discursos proferidos, o que ocasiona um reforço à perspectiva na qual elas se filiam. Um exemplo sobre esse recurso é a matéria sobre uma professora universitária feminista acusada de perseguição ideológica por uma ex-orientanda.

Para trabalhar o caso, o *Portal* lançou duas matérias na mesma data, uma com a contextualização da situação, contendo uma entrevista exclusiva com a professora, que escolheu o portal para ser o veículo em que abordaria pela primeira vez a situação que estava enfrentando, e outra que trazia uma entrevista com a ex-aluna, que falou mediante o compromisso de que não houvesse qualquer edição das suas respostas. Na avaliação de Ângela, trazer a fala da estudante foi positivo para a professora. “A Raquel vai muito nessa pegada de que a gente expor o contraditório muitas vezes é positivo pra gente, pois mostra o quão sem sentido tem o pensamento da pessoa. Então é importante a gente sempre buscar” (ÂNGELA, 2018. S/N). Ao trazer esse outro posicionamento para ser discutido no espaço público, abre-se a possibilidade de que ele seja problematizado, revisto, talvez até modificado, tanto pela própria pessoa entrevistada quanto pelo público.

O resultado da entrevista também é compartilhado por Patrícia, ao considerar que as falas da estudante reforçam a ideia da abordagem, demonstrando a falta de lógica e sentido no pensamento apresentado. Nas pautas em que Patrícia trabalha sobre o aborto também é possível observar esse movimento, de que muitas vezes discursos divergentes reforçam a perspectiva que ela traz. Mas a jornalista pondera que existem casos e casos, e que o contraditório pode ser entendido de outras formas, demonstrando uma maior articulação entre o feminismo e o jornalismo. “Não coloco padre pra falar na minha matéria, assim se tá numa audiência, eu coloco uma fala que ele fez na

audiência, mas eu não vou ligar para padre para falar sobre direito à vida” (PATRÍCIA, 2018, S/N). Para Patrícia, as mulheres ativistas pela legalização do aborto já falam sobre o direito à vida, assim, o discurso de um padre não tem sentido para estar ali: *“O contraditório é a gente trazer essas mulheres que não estão falando na mídia tradicional”*.

A forma de entender essa prática jornalística por Patrícia indica uma visão mais ampla, de que certos discursos já circulam na sociedade, sendo hegemônicos, e que não seria o trabalho delas ratificar essas formas de entender o tema. Uma das maneiras da perspectiva de gênero estar presente na prática jornalística seria na seleção das fontes, demarcando quem tem legitimidade para falar sobre certos assuntos.

Mas assim, eu deslegitimo como contraditório a fala de um padre. Ele não tem legitimidade pra mim, a mesma legitimidade que ele tem lá nos jornais da mídia tradicional e eu acho que aí entra a perspectiva de gênero, isso é a perspectiva de gênero, é tu deslegitimar certas fontes que para a mídia tradicional são muito importantes. [...] Claro, numa eventualidade talvez seja importante colocar pra trazer as contradições daquela fala, né. Como uma igreja que defende a vida em certas circunstâncias, algumas vidas, não todas (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

A jornalista enfatiza ainda que se uma denúncia de aborto partiu de um hospital, ela vai procurar a instituição. Se uma denúncia partiu do Samu, ela buscará ouvir o atendimento, mas também não tomando as falas como dadas, questionando as respostas.

Eu vou ouvir o Samu, mas se ele me diz assim: tá lá no regulamento, eu vou lá ler o regulamento, se não estiver eu vou dizer que não tá. Como já aconteceu. Eu falei: não, não está. No regulamento, muito pelo contrário, está que o sigilo médico deve ser preservado. Então assim, eu dou o contraditório (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

A partir da fala das jornalistas é possível demarcar dois movimentos importantes, um deles que se relaciona com um ideal de ética jornalística, em que é papel do jornalismo oferecer espaço para abordagens contraditórias, principalmente quando as pessoas estão diretamente implicadas na notícia, mesmo que elas sejam divergentes da perspectiva defendida pelo portal e pelas jornalistas. Ao mesmo tempo, esse recurso figura como uma estratégia para fortalecer o discurso ao qual elas se filiam, demonstrando as contradições da fonte, atitude que se aproxima mais de suas propostas como ativistas dentro do jornalismo. A proposta de oferecer um debate público sobre

temas controversos também é percebida, indicando que o contraditório para elas extrapola o recurso formal, tendo finalidades mais concretas.

O segundo movimento, trazido por Patrícia, pode ser considerado o mais amplo e transgressor, ao apresentar o entendimento sobre a existência de uma disputa discursiva para significar o tema do aborto. Assim, algumas falas que aparecem com mais frequência na mídia tradicional são deslegítimas. Considero que o posicionamento dela enquanto uma jornalista feminista está perpassado pela compreensão de que certos discursos, além de não ter validade no debate sobre a vida das mulheres, se refletem exatamente no dispositivo ideológico que coloca em risco essas vidas. Sobre as mulheres enquanto fontes privilegiadas, foi possível perceber a busca por uma diversidade, na tentativa de ultrapassar o círculo do ativismo, mas também as dificuldades desta proposta. Se empenhar em outros enfoques demanda abrir mão de um certo “conforto”, relacionado a fontes que dialogam com as jornalistas nas suas práticas ativistas e estão, conseqüentemente, mais disponíveis para entrevistas. Ao propor ampliar os olhares e vozes, se valoriza o potencial do jornalismo feminista, demonstrando que os temas trazidos impactam de diferentes formas à vida de distintas mulheres.

4. Considerações finais

Ao tratar sobre a subversão da lógica das fontes na qual as mulheres são privilegiadas, indiquei a existência da busca por uma diversidade, na tentativa de ultrapassar o círculo do ativismo, mas também as dificuldades desta proposta. No que se refere à produção de um jornalismo feminista, isso significa, por exemplo, dar atenção às vozes de distintas mulheres, negras, lésbicas, indígenas, periféricas, profissionais do sexo, quilombolas, etc, que ofereçam novos sentidos e saberes – em oposição à essencializada mulher da mídia hegemônica, que é tematizada a partir de fontes institucionais. Como bem destaca Djamila Ribeiro (2017), tirar da invisibilidade o caráter interseccional das pautas sociais se mostra importante para que “fujamos de análises simplistas ou para romper com essa tentação de universalidade que exclui” (RIBEIRO, 2017, p. 42-43).

Da mesma forma, a utilização do contraditório não é compreendido da mesma maneira por todas as jornalistas do portal. A defesa de um jornalismo como elas compreendem ou idealizam as direciona para a importância de “ouvir os dois lados”, mas, na prática, as justificativas para distintos contextos são outras. Existe uma motivação ética em conceder espaço para que pessoas com vozes divergentes e diretamente implicadas na notícia, principalmente nas de denúncia, possam trazer suas visões. Assim, atendendo aos preceitos básicos do jornalismo, mas não de forma ingênua, pois como elas mesmas afirmam a abordagem será sempre direcionada pelas perspectivas delas e, certamente, não configuraria em uma igualdade de espaço e muito menos teria o mesmo destaque.

Ao mesmo tempo, dependendo da situação, o contraditório é entendido como um reforço da perspectiva a qual elas defendem, interpretação mais estratégica e alinhada com a proposta também ativista do portal. Por fim, temos a concepção de que certas vozes não devem ser legitimadas enquanto contraditório, como a voz de um padre para falar sobre o aborto, entendendo que existe uma disputa discursiva na sociedade sobre o tema e que é papel delas se posicionarem em um dos lados dessa disputa.

Referências

ALMEIDA, Gabriela Cavalcanti Carneiro de. **A mulher na pesquisa em jornalismo: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós- graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015)**. 2018, 149f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e feminista no Brasil – Século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

HALL, Stuart *at. al.* A produção social das notícias: o mugging nos media [p.224-247]. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.

OLSEN, Virgínia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa – Teorias e Abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. Observação participante e pesquisa ação. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas [p. 74 a 90]. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1999.

VINHOTE, Ana Luiza, *et. al.* A presença feminina na mídia independente: Análise de representatividade na Agência Pública e Mídia NINJA. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, v. 07, n.07. Alto Araguaia: UNIMAT, 2016-2017.

VECCHIO-LIMA, Myrian Del; DA DE SOUZA, Humberto Cunha Alves. Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. **Media & Jornalismo**. v.17, nº 31, Lisboa: Centro de Investigação Media e Jornalismo, 2017.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. **Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política.** In: Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Anais, Florianópolis, 2010.

YIN, Robert K. Estudo de Caso – **Planejamento e Métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.